

C. D. S. não vai às eleições

3000000 eleitores... não vai às eleições

Taxa de televisão mais cara em Abril

AP... taxa de televisão mais cara em Abril

Pinto Balsemão em missão oficial

14.000... missão oficial

PS protesta contra TV

AP... PS protesta contra TV

1974... PS protesta contra TV

Contra a suspensão do MRPP

1974... suspensão do MRPP

UEC invade Direito

1974... UEC invade Direito

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

22.601.975

Nº 130-32 MARÇO 1975

Specialized products... A.C.L.L. do Grupo... Junta Militar Chilena... Spinola: o falso enigma... Lan Francisco Balsemão... Os trabalhadores da Colômbia...

Dois secretariados permanentes no Conselho da Revolução

Dois secretariados permanentes no Conselho da Revolução... A comissão de trabalho...

PCP, PPD, PS, MDP/CDE MES e FSP em S. Bento

PCP, PPD, PS, MDP/CDE MES e FSP em S. Bento... O Conselho da Revolução...

PS no Campo Pequeno: "Não ao imperialismo venha de onde vier"

PS no Campo Pequeno: "Não ao imperialismo venha de onde vier"...

Vai ser eleita a assembleia de delegados do MFA

Vai ser eleita a assembleia de delegados do MFA...



Cena das 13 horas de combates... Tanques no 4.º batalhão...

OMEGA Speedmaster... o relógio usado nas viagens espaciais

C. D. S. não vai às eleições

SEGUNDO círculos normalmente bem informados, o CDS (Centro Democrático Social) muito provavelmente não concorrerá às eleições para a Assembleia Constituinte. Esta decisão do Partido deriva da quase impossibilidade de, em dez dias, realinhar as listas de candidatos e montar a orgânica indispensável para a campanha eleitoral.

EXPRESSO tentou contactar os dirigentes daquele partido para obter confirmação ou o esclarecimento da referida notícia, mas tal não conseguiu.

Taxa de televisão mais cara em Abril

DE ACORDO com informações de fonte muito fidedigna, a taxa de televisão vai ser fixada em 100 escudos anuais (mais 140 escudos que o montante actual).

A medida — que se segue ao recente aumento da taxa de radiodifusão sonora de 100 para 150 escudos — deverá entrar em vigor já no próximo mês de Abril.

Pinto Balsemão em missão oficial

PARTIU ontem para Londres, em representação do Governo Português, Francisco Pinto Balsemão, que na sua qualidade de chefe da Delegação Portuguesa à Assembleia dos Parlamentares do Atlântico Norte, vai participar na Grã-Bretanha numa reunião dos chefes de delegações parlamentares.

PS protesta contra TV

ASSINALAO por Manuel Alegre recebemos ontem a nome o seguinte comunicado:

«O secretariado Nacional do Partido Socialista protesta vigorosamente contra a notícia transmitida hoje pela RTP segundo a qual teria sido adiado o Comício desta noite, no Campo Pequeno.

Trata-se de um atentado à informação de uma tentativa de sublevar o Comício do Partido Socialista.

Quêrê esta a notícia partilhada da RTP, serviço público que tem por missão informar o povo com objectividade e sentido das responsabilidades?»

Ver, nesta página, a reportagem do Cívico que, de facto, se realizou.

Contra a suspensão do MRPP

DESDE reuniões realizadas em refeitórios de empresas até manifestações de "democratas, anti-fascistas e patriotas" trabalhadores da informação, publicitários, intelectuais, etc., várias formas de protesto têm sido utilizadas por simpatizantes do MRPP e outras pessoas indignadas com o impedimento administrativo que afecta hoje às eleições sociais partido marxista-leninista-trabalista. Pensa-se que estas formas de luta consigam apenas a primeira fase de uma campanha mais vasta contra eventuais legalizações de partidos com provas dadas na sua anti-fascista, antes e depois de 25 de Abril.

Embarcado, circula a 25 o número de folhetos de alicerce do Movimento Reorganizado do Partido do Trabalhador, M.R.P.P., suas recentemente efectuadas pelas autoridades competentes — segundo uma informação constante dum comunicado emitido pela comissão de imprensa do Comité Central daquela organização.

O comunicado faz o ponto das detenções de que militantes seus têm sido objecto: sete detenções em Vila Franca de Xira, no passado domingo, dia 18; seis, no Porto, no decurso do comício-manifestação de protesto contra a suspensão do partido; e cinco em Miraflores, igualmente no decurso dum manifestação no mesmo dia.

UEC invadiu Direito

A APPROVAÇÃO, pela Reunião Geral de Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa, de uma ordem de trabalhos que inclua (entre a posição dos estudantes face às provocações da U.E. - C.P.C.P., provocou a entrada naquela escola, pouco depois das 21 horas de ontem, de um conjunto de elementos da UEC e do MIT que procuraram mobilizar do alito e tentaram arrombar a porta do auditório onde se realizava a assembleia, aliás bastante concorrida, onde se iria discutir o saneamento de membros da organização citada. Uma força do COPCON apareceu rapidamente e, pouco a pouco, começou expulsar os elementos intrusos e a escola. Os estudantes de Direito saíram pouco depois em manifestação, tendo-se dirigido à RTP, para que pudessem explicar ao país o que sucedera, mas uma vez, quando realizaram uma assembleia em que os membros da UEC manifestaram tem direito a palavra. É na das palavras de ordem da manifestação: «Social-fascistas, fora da escola».

Foram sancionados no RGA alunos do C.D.S., Pedro Oliveira, Gomes, Almeida e Costa, Cunha Reis (identificados), Ermida e Teixeira, e o grupo do Movimento Estudantil em membros da U.E.C., Sérgio Costa, Francisco Bettencourt, Magalhães, Cunha Leal, Aires, Lobo, Luís Sá e Costa.

De ultrapassagem em ultrapassagem

O QUE talvez mais espante quem não se tenha habituado ao ritmo meteórico em que se vive em Portugal é a facilidade com que as situações e os problemas são sucessivamente ultrapassados por novas situações e novos problemas.

Durante meses, esperou-se por um programa económico. Depois, este começou a ser elaborado por uma equipa chefiada por um militar, o major Melo Antunes, que, em princípio, nada tinha a ver com as pastas económicas. O parto foi complicado e, resolvidas todas as dificuldades, saiu, com o aval do MFA e dos três partidos da coligação, o Programa de Política Económica e Social. Poucas semanas decorridas, o documento está em grande parte ultrapassado, pela decisão do Conselho da Revolução de nacionalizar a banca e os seguros.

Com a lei de Imprensa, passou-se mais ou menos a mesma coisa. Terminada uma longa e entrecortada gestação, a lei entra em vigor numa altura em que, por força das nacionalizações (ver pág. 17), uma parte dos seus objectivos (pense-se na legislação anti-monopolista) necessita ser reformulada.

Também, no que toca aos partidos políticos, se verifica fenómeno semelhante. Até praticamente a Janeiro, viveu-se em regime de existência de facto. No princípio do ano, concluíram-se as legalizações. Agora, perante o mutismo recioso de quase todos os outros agrupamentos, MRPP, AOC e PDC são ilegalizados, alegando-se, sem se demonstrar, sobretudo quanto aos dois primeiros, a sua acção "perturbadora e antidemocrática".

Entretanto, na véspera do início da campanha, as eleições são adiadas 12 dias e, a pouco mais de um mês do acto eleitoral, está-se há mais de uma semana, a tentar remodelar o Governo, presumindo-se que a coligação vigente até agora seja alterada.

Enredados, desconfiados ou estimulados pelas sucessivas ultrapassagens, os portugueses não deixam de se interrogar sobre o que elas significam, aonde os conduzirão e que poder efectivo, pelo voto ou de outro modo, terão para intervir no que directamente lhes respeita. A consciência de que, na economia como na política, o país precisa de trabalhar em força, seguindo planos não surrealistas com um mínimo de permanência e de credibilidade, torna-se cada vez mais aguda.

Além de que, de ultrapassagem em ultrapassagem, corremos o risco de deixarmos de ser nós próprios.

Saraiva, José António

Portugal: o povo e as armas



José António Saraiva

...E O 11 DE MARÇO, «providencialmente», veio permitir o avanço da Revolução. Se o 25 de Abril tinha sido o fim do fascismo, e o 26 de Setembro o fim do colonialismo, o 11 de Março pode vir a significar historicamente o grande passo no sentido do fim do capitalismo em Portugal.

Tal como se apresentou aos olhos e ouvidos dos portugueses, pela boca do então general António de Spínola e nas primeiras horas do dia 26, o 25 de Abril pouco mais era que um acto simbólico: a ocupação de um poder de facto já vago — a ocupação de um «vazio de poder».

Foi assim que o 25 de Abril se pôde fazer sem um só morto em combate — foi assim, ainda, que o grande capital industrial e financeiro pôde assistir, sem grande preocupação, a uma revolta armada. Para ele era a grande oportunidade de finalmente ver o país definitivamente atirado para a estrada do desenvolvimento, de varrer do poder uma burocracia podre e um espírito velho e atrasado cuja imensa inércia dificultava a reconversão das estruturas capitalistas no sentido do seu máximo aproveitamento.

Acto simbólico foi — acto simbólico parecia ordenado a ser. Champallimaud entrava e saía em Belem, cooperava activamente com a «nova ordem», Veiga Simão não tinha tempo a perder. Mas a História havia de se encarregar de dizer que todos os seus actos, mesmo quando simbólicos,

carregam consigo consequências profundas.

Depois do 25 de Abril instala-se na sociedade portuguesa uma dinâmica que, beneficiando das brechas abertas no interior dum poder naturalmente heterogéneo, cedo romperá as barreiras em que a burguesia a desejava ver encaminhada. Os «apelos à ordem» tornam-se frequentes. E quando a solução autoritária se torna imperativa, quando o capital começa a responder já com dificuldade às reivindicações operárias, quando a dinâmica instalada começa a pôr em causa a reconversão das (frágeis) estruturas capitalistas, é demasiado tarde — e quem arreada os lucros do 26 de Setembro é a esquadra.

Progressivamente preocupados com a evolução dos acontecimentos em Portugal, os financiadores externos da dependente burguesia nacional tinham-se vindo a retrair: o capital português fica só, entregue a si próprio, subalterno no quadro do capitalismo internacional, o capital português fica de repente perdido, incapaz de impor soluções políticas, incapaz, mesmo, de constituir uma base sólida de apoio às forças que no aparelho de Estado parecem dispostas a defendê-lo.

É neste quadro, com a burguesia anoradada, impotente e perdida, que acontece o 11 de Março. E porque o 11 de Março veio permitir a clarificação da situação política, a pergunta, agora, aparece com grande nitidez: para onde vamos?

Depois da descolonização — que o 26 de Setembro decididamente permitiu — coloca-se ao país o desafio que o 11 de Março permite: a definição de um projecto nacional. O debate ideológico, o debate teórico, a mais ampla participação e uma liberdade sem limites ganham neste momento uma importância decisiva.

Depois do 11 de Março, depois de mais um salto — depois de morto o mito de Spínola arvorado em D. Sebastião — novos perigos esperitam a revolução portuguesa: o fantasma peruano — ou um capitalismo de estado de fachada socialista.

O perigo, hoje é a «sedução do autoritarismo». Que o perigo dum golpe contra-revolucionário, ou o desejo de se caminhar depressa, não cheguem para justificar. Seria triste que maltaéssem a revolução — à força de a querermos defender. É triste o espectáculo dos meninos «estragados» pela educação — à força dos pais os quererem bem educados.

Até aqui a revolução portuguesa foi possível através duma dinâmica social que o poder, por via mesmo da sua indefinição e heterogeneidade, por um lado não abafou e por outro se revelou capaz de acompanhar — a afirmação, a cada momento, dos seus sectores mais progressistas e a marginalização dos seus elementos mais reaccionários. A revolução não parou — para que avance é decisivo — esta dinâmica não pare, que se desenvolva e fortaleça.

que se generalize a todos os sectores da vida económica, social e cultural da realidade portuguesa.

Para a revolução portuguesa, neste momento histórico, é fundamental que se não substitua as armas ao povo, que se não pense poderem as armas fazer aquilo que ao povo compete, que se não substituam velhos por novos ritos, que o M.F.A. não possa vir a aparecer como um novo e (finalmente) redentor sebastianismo; para a revolução portuguesa não morrer, para prosseguir, é preciso dar ao povo o que é do povo, favorecer a libertação, cada vez mais necessária à medida que se avança, da energia criadora das massas populares; a única força realmente transformadora, a única força verdadeiramente revolucionária. «As massas são sempre aquilo que é preciso que elas sejam em função das circunstâncias e elas são sempre passíveis de estarem na fase de se tomarem alguma coisa de totalmente diferente daquilo que pareciam ser» — dizia em certa ocasião a tão maltratada (quer à direita, quer à «esquerda») Rosa Luxemburgo.

O autoritarismo, a sedução do uso do poder, é um dos perigos que neste momento esperitam a revolução portuguesa. E por ser, é que outra vez recordo Rosa Luxemburgo: «A liberdade reservada apenas aos partidários do governo ou só aos membros do Partido — mesmo que fossem tão numerosos como se desajaria —

não é liberdade. A liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de outro modo.

A liberdade de expressão. A liberdade de participação. A liberdade de transformação. A possibilidade de participação das massas de forma cada vez — e sempre — mais profunda.

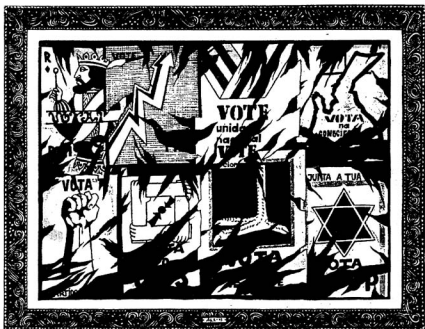
«...Abafando a vida pública em todo o país é fatal que a paralisa chegue aos próprios sovietes...A vida pública entra pouco a pouco no sono. Algumas dezenas de dirigentes do partido, de energia inesgotável, de idealismo sem limites, dirigem e governam...uma elite da classe operária e de tempos a tempos convocada para ouvir os discursos dos chefes, votar por unanimidade as resoluções que lhe apresentam — é portanto, no fundo, um governo de focca, uma ditadura por certo, mas não a ditadura do proletariado e sim a de um punhado de politicosos. Isto é, uma ditadura no sentido burguês do termo, no sentido jacobino de dominação...», dizia a revolucionária polaca-russa no início da república soviética.

Para que a revolução portuguesa prossiga, para que não aborte antes de dar a luz, e fundamental que se não substitua as armas ao povo, que se não substitua o povo por um punhado de politicos ou militares — mesmo que de energia inesgotável e idealismo sem limites.

Para que a revolução portuguesa prossiga, para que não aborte, é preciso que se observem os perigos da substituição pura e simples de um capitalismo liberal por um capitalismo de Estado. Que se não instaure indefinidamente o Estado, na confusão, fácil, de que fortalecer o Estado é fortalecer o Povo. Que se não criem condições para o aparecimento de uma nova burocracia estatal repressiva e autoritária. Que se descentralize. Que se incremente a participação efectiva e actuante, das massas populares nas empresas que forem sendo nacionalizadas — para que estas não se tornem armas ao serviço de um poder cada vez mais forte.

Recordo apenas, outra vez, o que até aqui se avançou foi através de um processo dinâmico que o 25 de Abril permitiu e o 28 de Setembro não estrangulou — que o daqui para diante há para avançar terá de ser feito pelo aprofundamento deste processo — e não à custa dele.

Aprofundar a participação das massas a todos os níveis, alargar as liberdades e não restringi-las — recordando que «a liberdade é sempre a daquele que pensa de outro modo» e que a «liberdade reservada apenas aos partidários do governo...não é liberdade» —, não presnder substituir o povo pelas armas, ou por chefes militares, ou por comités centrais, ou por líderes políticos — são estes os caminhos da revolução. Que a não se darem inquirirão inevitavelmente o processo revolucionário. Porque, para além do mais, é preciso que tenhamos presente que...os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário são, historicamente, infinitamente mais fecundos e mais preciosos que a infalibilidade do melhor Comité Central.



Sousa, António Rebelo

Por uma opção socialista — papel do sector bancário na nova política económica

António Rebelo de Sousa

O PROGRAMA de Política Económica e Social, ao apontar muito claramente para a necessidade de subordinação dos objectivos de crescimento económico. As exigências da construção de uma "sociedade mais igualitária e mais justa" contém, já em si, o elemento positivo de uma opção inequívoca por um modelo político — económico de cariz marcadamente progressista.

De facto, a única forma de superação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista em Portugal, caracterizado por fortes assimetrias na repartição dos rendimentos e no próprio desenvolvimento regional e sectorial, só poderá ser encontrada na introdução progressiva de profundas alterações de estrutura, tendentes à efectiva construção de uma democracia económica e social, a qual implica o controlo dos centros de decisão pelas classes trabalhadoras, controlo este que deve ser encarado como a verdadeira meta da luta pela emancipação de todas as formas de exploração do homem pelo homem, ao longo do processo histórico.

Todavia, o processo de edificação de uma sociedade socialista só tem sentido se for o resultado de uma participação activa e consciente da população em geral, e da classe trabalhadora em particular, pelo que as alterações a operar nas esferas económica e social deverão

ser acompanhadas de transformações nas estruturas mentais e culturais. Assim, a crítica, a auto-crítica e a confrontação dialéctica entre as diversas correntes progressistas, sem qualquer forma de imposição de cúpulas dirigidas ou de elites privilegiadas, mesmo que auto-denominadas de "vanguardas progressistas", constitui elementos básicos de todo um processo de construção de um socialismo em liberdade por uma via exclusivamente democrática.

A premência da resolução de problemas nevralgicos da nossa economia, a imperiosidade de adopção imediata de uma estratégia anti-monopolista e o próprio papel reaccionário do grande capital financeiro e industrial gerador de inúmeras dificuldades à consolidação e desenvolvimento do presente processo revolucionário, impunham a tomada imediata de medidas radicais em sectores delimitados, mesmo antes das eleições de 17 de Abril. Assim se explica a necessidade das nacionalizações, sendo claramente positivas as medidas recentemente adoptadas em relação à banca e aos seguros, encaradas numa perspectiva anti-monopolista e anti-capitalista.

No entanto, convém, desde já, ponderar os possíveis efeitos da nacionalização das instituições de crédito, detectando-se todo o conjunto de problemas que po-

derão vir a surgir e quais as formas alternativas de superação dos mesmos, do ponto de vista técnico e político. Qualquer política credíciã que se pretenda virada para a satisfação de novos objectivos deve assentar numa base mínima de realismo, pelo que diagnosticar eventualmente pontos de estrangulamento, decorrentes de uma conjuntura relativamente depressiva, não é uma atitude alarmista, mas, isto sim, uma posição objectivamente correcta que permite o conhecimento tanto quanto possível exacto dos dados do problema e que portanto, possibilita seleccionar as soluções mais adequadas, em cada momento.

Nacionalização e socialização

— conceitos distintos

Um primeiro aspecto a considerar consiste no facto de a nacionalização da Banca, só por si, não significar socialização, uma vez que este último conceito aponta para uma gestão democrática dos trabalhadores, isto é, para uma participação activa dos mesmos — de acordo com esquemas de representação democrática — nos centros de decisão existentes.

A simples substituição de um capitalismo liberal por um capitalismo de estado não serve os reais interesses dos trabalhadores, antes permitindo a perpetuação de formas de exploração do homem pelo homem. A estatização burocratizante, em que uma nova elite de "tecnocratas" ou de elementos da confiança de uma determinada estrutura partidária são donos dos centros de decisão, dispondo, inclusive, do monopólio do estabelecimento do critério de distribuição da mais-valia, não constitui um avanço no sentido do verdadeiro socialismo, mas antes uma forma encapotada de perpetuação de situações de exploração no seio da sociedade.

Por outro lado, a subordinação do poder económico ao poder político, implica que este seja representativo da colectividade em geral, pelo que deverá ser democraticamente constituído, assentando num efectivo pluralismo de correntes que, deste modo, poderão participar amplamente na definição dos critérios

de prioridades e das formas ou métodos de gestão mais eficazes.

Assim, a banca nacionalizada só poderá ser posta ao serviço da classe trabalhadora através de uma acção concertada a dois níveis: assegurando um peso relativo importante de forças progressistas no aparelho de estado, democraticamente representativo das bases; garantido uma participação activa dos trabalhadores no gestão e administração das instituições de crédito.

Paralelamente, a análise dos possíveis efeitos da nacionalização da banca deve ser inserida no contexto mais amplo das relações de interdependência a nível internacional e da presente conjuntura económica nacional, que se apresenta realmente depressiva. Torna-se, portanto, indispensável, para além de toda uma campanha de esclarecimento, pensar na adopção de técnicas eficazes de incentivo e de apoio às pequenas e médias poupanças, assim como na conquista e na abertura a novos mercados externos.

Para além destes aspectos que urge ponderar, importa repensar toda a orgânica de funcionamento interno das instituições de crédito e promover uma reestruturação profunda do sector. De facto, depois de nacionalizadas, não se justifica a existência de um número tão elevado de bancos, por exemplo, pelo que convirá proceder-se a um reajustamento, reajustamento este que, em princípio, não deverá afectar negativamente o mercado de emprego.

Em alguns dos pontos fundamentais que convem ter sempre presente, independentemente de se reconhecer, à partida, o carácter positivo de que se revestiu a nacionalização da banca, no que respeita ao desmantelamento de capital monopolista, um dos principais supostos no passado, do fascismo.

A construção do socialismo terá sempre que passar, numa primeira fase, pela eliminação dos grandes grupos monopolistas. Na central, porém, de que o verdadeiro socialismo só se constrói com a força da razão que nos assiste e nunca com a "razão" da força. Talvez seja a forma mais difícil, mas é, de certeza, a mais correcta

Nacional

Comício do PCP no estádio 1.º de Maio

-ESTAMOS DE ACORDO em liquidar politicamente a reacção, mas não em pedir a pena de morte; é necessário castigar severamente os conspiradores, mas não é caso para os fusilar», afirmou Álvaro Cunhal no comício que reuniu largas dezenas de milhares de pessoas no Estádio 1.º de Maio, na sessão de apresentação dos candidatos do PCP pelo círculo de Lisboa.

A solução de problemas políticos não deve depender da precipitação nem da violência inútil, referiu ainda o secretário-geral do PCP, a propósito da intenção de 11 de Março e respondendo às vozes que, da multidão, pediam insistentemente as cabeças dos reaccionários.

A análise à situação política do país colocou em evidência a necessidade de defender sistematicamente a ordem democrática, criticando a actuação do PPD e sugerindo, ainda que sem mencionar especificamente, a participação do MDP-CDE na coligação governamental.

Além de Álvaro Cunhal, participavam no comício vários membros do Comité Central do PCP, nomeadamente Octávio Pato, José Magro e Georges Ferreira.

Mário Soares desmente alianças com partidos

OS CONTACTOS havidos com outros partidos, nomeadamente o PPD e o PCP, não significam a defesa de alianças contrárias à linha política do Partido Socialista, foi acentuado por Mário Soares na conferência de imprensa que promoveu esta semana no Porto e após reunião privada com os candidatos norteños do partido.

Repudiando as afirmações que circulavam sobre uma aproximação privilegiada com o PPD, o secretário-geral do PS considerou «desajustada a coligação governamental existente desde o 25 de Abril», referindo depois os ataques de que tem sido alvo o PPD após a escalada contra-revolucionária de 11 de Março, «em sentença» de marginalização que não serve a democracia pluralista que o PS deseja ver implantada em Portugal.

Não ao socialismo a 50 por cento

INSERINDO a crise sócio-económica nas perturbações capitalistas de repercussões mundiais, o PRP-BR salientou, no comício de há uma semana no Campo Pequeno, a inoperância das transformações incompletas do esquema capitalista, de que fazem parte as nacionalizações das bancas e das seguradoras.

«Não aceitamos o socialismo a 50 por cento», acentuou Isabel do Carmo, elemento preponderante do PRP, que considerou as dimensões da crise económica e social que o país atravessa, cujas características são frontalmente impeditivas da implantação de uma democracia burguesa em Portugal. Como palavras de ordem, surgiram nos cartazes empunhados pelos participantes as inscrições «Não às eleições» e «Revolução Socialista» e foi declarado que «o PRP-BR não entende a via eleitoral como capaz de solucionar os problemas fundamentais das classes trabalhadoras», sublinhando ainda que «só a insurreição armada conduzirá à conquista do poder».

Além de outros elementos do PRP-BR que usaram da palavra no comício, entre eles Pedro Gossart e Carlos Antunes, participaram um militar e dois representantes das organizações revolucionárias em Itália e na América do Sul.

Manifestações do MRPP contra suspensão

-NINGUÉM há-de calar a voz da classe operária- foi uma das palavras de ordem da manifestação promovida pelo MRPP para protestar contra a suspensão do movimento, decretada pelo Conselho da Revolução e que atinge também a AOC e o PDC.

Mais de uma dezena de milhares de manifestantes desfilou na quarta-feira pela baixa lisboeta até ao Palácio de S. Bento, onde às 22 horas se realizou um comício cujos oradores atacaram violentamente a decisão de suspensão de actividades políticas daquela organização angélica. A seguir à manifestação, os participantes concentraram-se no Largo de Santos para uma homenagem ao militante Ribeiro Santos, assassinado pela polícia política do antigo regime.

«Nossas localidades do país tiveram também lugar manifestações e comícios do MRPP contra a medida restritiva, tendo sido presos no Porto sete manifestantes, cinco civis e dois militares, por ataques e acusações ao Conselho Superior da Revolução».



Da importância do Conselho Superior de Revolução

Marcelo Rebelo de Sousa

AS DILIGÊNCIAS com vista à formação do novo Governo Provisório, (vide pag. 1) têm-se caracterizado pelo esforço de convergência dos partidos democráticos e pela necessidade da racionalização das estruturas governativas.

Os observadores políticos consideram que a crise de 11 de Março, e a mobilização das massas populares constituiram o factor essencial daquela convergência.

Quanto à urgência de operacionalidade da acção do Governo ela tinha já sido diagnosticada antes de 11 de Março, embora só agora se preencham os requisitos indispensáveis à sua concretização.

Mas, a remodelação ministerial, conquanto possa aparecer como acontecimento maior da última semana, no fundo reveste-se de uma importância indiscutivelmente inferior à da criação e funcionamento do Conselho da Revolução.

Um órgão Revolucionário

O Conselho da Revolução é, sem dúvida, o primeiro órgão cabalmente revolucionário que decorre do 25 de Abril.

Revolucionário em sentido formal, na medida em que teve a sua génese num processo revolucionário. Mas — e este é o aspecto fundamental — revolucionário em sentido substancial. Criado para promover a criação de legislação adequada à nova fase do processo democrático em curso, pela sua competência (a mais ampla conferida a um órgão do poder político depois do 25 de Abril), pela sua composição (marcada pela homogeneidade política nos planos essenciais), pela sua flexibilidade — o Conselho Revolucionário é hoje a instituição-chave de toda a cúpula constitucional portuguesa.

Se decompusermos a sua competência em:

- faculdades legislativas constitucionais;
- faculdades legislativas ordinárias, designadamente sobre as matérias fundamentais;



c) faculdades políticas, traduzidas na orientação do processo revolucionário, e na permanente definição das principais opções políticas conjuntamente com o Presidente da República.

As duas primeiras faculdades correspondem, grosso modo, a anterior competência do Conselho de Estado. A última corresponde, genericamente, às funções da Junta de Salvação Nacional, e também do Conselho dos 20.

Perante este conjunto de atribuições verifica-se uma alteração significativa do papel do Governo Provisório. De órgão legislativo ordinário, por excelência, o Governo passa a órgão com participação subsidiária no processo legislativo. Isto mesmo ficou patente quando foi necessário legislar sobre a nacionalização da banca e dos seguros, sem audiência do Governo. Por outro lado, de órgão político essencial, o Governo passa, principalmente, a órgão executivo das deliberações políticas do Conselho da Revolução.

Claro que este relevo constitucional do Conselho da Revolução tende a acuratar dois

tipos de corolários:

a) para assegurar o funcionamento permanente do Conselho impõe-se a criação de uma estrutura, não também permanentemente de preparação e tramitação das deliberações tomadas. Embora o pienário não possa estar em reunião constante, o facto de serem montados Secretariados para assuntos políticos e militares (em que poderão ter assento os membros da Comissão Coordenadora do MFA e outros membros do Conselho que não vieram nem da CC, nem da JSN) permitiria apoio -logístico- à acção do novo órgão.

b) Suscitar-se-á, certamente, aquando da elaboração da futura constituição, a questão da permanência do Conselho, previsto na própria Constituição. Na verdade, será muito pouco plausível que o Conselho da Revolução — reconstituído — não venha a protagonizar as suas actividades no período constitucional.

Alida, tudo indica que, detendo poderes constitucionais, lhe venha a caber a própria aprovação para promulgação pelo Presidente da República da Constituição

elaborada pela Assembleia a eleger.

No que respecta à composição do Conselho da Revolução, ela retrata o facto de ter vindo substituir a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, mas já não engloba todos os membros do Conselho dos 20, apesar de aparecer também a integrar funções deste órgão. Embora se fale em certos círculos políticos na eventual entrada para o Conselho da Revolução de outros elementos, que já pertenceram ao Conselho dos 20, não houve ainda qualquer confirmação oficial ou oficiosa da hipótese.

De tudo o que fica dito resulta o carácter acessório da recomposição do Governo Provisório, entendida como passo com significado político.

Atitudes Políticas

Convém, no entanto, apreciar as atitudes recíprocas dos vários partidos políticos antes do início das conversações conducentes à formação do novo Governo.

O partido mais activo nesse período de tempo foi o Partido

Comunista Português, que, por um lado, liderou grande parte das manifestações ulteriores, e, por outro lado, definiu a sua posição liminar quanto à composição do futuro Governo Provisório.

Concretamente, o PCP levantou algumas objecções à presença do PPD (sem nunca chegar a opor-se frontalmente a ela), enquanto que o PS punha ao nível, como uma das condições da sua pertença, ao Governo precisamente a presença, a do PPD.

O MDP/CDE reivindicava uma posição governativa, que se encontra na linha lógica do seu papel nos acontecimentos do golpe do dia 11 (pretensão esta apoiada pelo PCP, e à qual veio suceder a do PSI).

Também o MES e a FSP, cada qual de sua parte, defenderam a justiça da sua representação no Governo Provisório.

Podem dizer-se que dos partidos legalizados, que não são da extrema-esquerda, apenas o CDS (e, por causas) não reivindicou estar representado no Governo Provisório. Para já, o CDS esperou pelo veredicto do Conselho da Revolução, que, depois de uma longuíssima e conturbada sessão, lhe permitiu a concorrência às eleições.

Curiosamente, o PPM nada disse publicamente acerca da constituição do novo Governo Provisório. É se alguém heve que admira a lealdade dum relíquo da sua posição governamental, esse alguém foram outros partidos políticos intervenientes nas negociações.

Entretanto, e conforme apontaram alguns comentaristas políticos, materializou-se a suspensão das actividades eleitorais do PDC, do MRPP e da AOC. A sanção aplicada foi mais branda do que aquela que chegou a ser aventada: a sua total ilegalização. A reacção da generalidade dos restantes partidos foi de protesto ou de reticência relativamente à suspensão do MRPP e da AOC, frisando que uma medida de tal gravidade deveria ser factualmente fundamentada.

A suspensão do PDC obriga agora o CDS a retribuir as suas listas eleitorais, visto a excepção de Avôro e de Coimbra, a Frente de Direita integrar ex-candidatos do PDC.

Embora muito diminuído à partida para a campanha eleitoral, o CDS tentará, certamente, tudo fazer para congregar votos que recaíram na Frente, mesmo desoportunizando o desaparecimento desse argumento de peso que era a sigla «crucifixo».

A novidade da recomposição em curso é, pois, o elevado número de partidos nela envolvidos, bem como o facto de o pendúlo se orientar deusa feita claramente, mais para a esquerda do que o centro da remodelação anterior. Relembre-se que, há meses, chegou a ser colocada a hipótese de o CDS fazer parte do Governo, e, nunca ocorrida então a presença do MBS e FSP (e até a do MIDP/CDE deparava com obstáculos insuperáveis).

Neste instante, a ninguém ocorreria sugerir, sequer mesmo em tese, a entrada do CDS (que periste na margem direita do regime), e, ao mesmo tempo, difícil será avançar razões que impeçam pelo menos a entrada do MIDP/CDE.

Resta saber-se como este Governo na forma se alterará em função dos resultados eleitorais, ou se permanecerá incolúme até ao desfecho das eleições legislativas ordinárias.

Prioridades

Finalmente, cumpre regressar às preocupações de natureza política (funcional) que não são necessariamente repetir-se a reforma do Governo.

Qualquer Governo Provisório que pretenda, aqui e agora, corresponder matizadamente aos preceitos do processo revolucionário, em curso não poderá evocar ou descurar os seguintes aspectos prioritários:

a) resposta à crise económica e agravamento, em termos dum projecto socialista coerente e linear, e com medidas eficazes a curto prazo impostas pela conjuntura;

b) institucionalização da ordem democrática, que passa pelo processo eleitoral e por toda a organica da administração pública;

c) revitalização da política externa, em termos de ultrapassagem da quebra que segue ao período inicial post-10 de Abril de abertura diplomática novos países e continentes;

d) continuação do processo de coordenação e racionalização dos meios públicos de comunicação social.

Claro que nem todos estes problemas exigirão provavelmente, mutações de estruturas ou de titulares. Mas de todos postularão, certamente, uma metodologia de decisão e execução a nível governativo que se compare com uma máquina muito pesada, burocrática e inoperacional.

Os resultados próximos das diligências em curso nos elucidarão acerca dos passos dados para responder às questões enumeradas, em termos de um colégio ou suficientemente coeso de partidos políticos progressivos.

Silva, Vicente de

SPÍNOLA: O FALSO ENIGMA

«SPÍNOLA CONTINUA a ser para mim um enigma», diria Sálgueiro Maia na sequência dos acontecimentos de 11 de Março. Otelo Saraiva de Carvalho que, depois do 2 de Setembro não poupou Spínola a acusações incisivas, coeusas, entretanto, não compreder como um chefe militar da craveira do antigo presidente da República pudera envolver-se na aventura suicida do golpe reaccionário. Entre grande número de oficiais portugueses esta perpétuidade parece ser generalizada.

Mas se a «desmontagem» do 11 de Março não está ainda feita, a análise da personalidade — e do pensamento — do ex-general talvez nos permita compreender como alguns dos seus actos, aparentemente contraditórios, se tornam positivos. É que, segundo Spínola desde a sua lóã para a Guiné, em 1968 como comandante-chefe militar e governador do território, até ao 25 de Abril e ao 25 de Setembro, passando pela publicação desse livro-chaveira que é «Portugal e o Futuro» — considerado por alguns meios como pretérito signatador das Forças Armadas, conduzindo à queda do regime fascista — o que, de resto, é igualmente reconhecido por Marcello Caetano no seu «Depoimento», acompanhando a trajetória do marechal que não chegou a ser ao ex-general em que viria a tornar-se, o que parece surpreendente é a «continuidade» essencial do seu pensamento. Surpreendente, de facto, se atendermos a que, para a maior parte dos chamados observadores da cena política, Spínola era um

pragmático, um homem que havia sabido evoluir no cumprimento do processo histórico, adaptando-se ao movimento das realidades políticas e sociais. Ora, e não foi necessário esperar pelo 25 de Setembro ou pelo 11 de Março para o podermos constatar. Spínola permaneceu sempre profundamente conservador e reaccionário, fiel, em última análise, ao seu passado. E nem foi sequer um desses conservadores típicos que, tal como o príncipe Salina de «O Leopardo», consideravam ser necessário mudar alguma coisa para que o essencial se mantivesse. O sentimento reaccionário de Spínola foi sempre mais forte do que a sua, aliás duvidosa, inteligência táctica. »

Mas, dir-se-á, a actuação de Spínola na Guiné não foi exemplificativa de uma grande capacidade de adaptação táctica aos acontecimentos — o que não teve paralelo em nenhuma outra colónia portuguesa? Não é certo que Spínola foi o primeiro general (à excepção de Costa Gomes, que o tinha reconhecido muito antes, embora mais discretamente) a afirmar que as guerras coloniais não tinham solução militar? Não é certo que Spínola entrou em confronto aberto com a política colonial do fascismo com as suas teses de «Portugal e o Futuro»? E não será certo, ainda, que Spínola acabou por confirmar-se adopto de uma «via socialista» desde que «em liberdade»? Tudo isto não demonstraria uma grande capacidade de adaptação táctica aos chamados «ventos da história» a que o regime fascista virava, sobranceiramente as costas?

A adaptação ilusória

Que Spínola procurou adaptar-se ao movimento da história é uma realidade. O que está em causa são os limites dessa adaptação que se viria a revelar, finalmente, mais do que escassa, ilusória. Porque os esquemas de adaptação propostos por Spínola estavam já, em próprios, ultrapassados pelo movimento histórico. Se o regime fascista se manifestava incapaz, superando as suas contradições internas, de reconhecer que as guerras coloniais não tinham solução militar, o projecto político de Spínola não constituiu, por seu lado, qualquer alternativa consequente ao beco sem saída existente. Os sonhos federalistas e neocolonialistas do general do momento haviam sido, já antes do 25 de Abril, frontalmente contestados pelos movimentos de libertação africanos. Dez anos antes, talvez tivessem podido constituir uma plataforma de negociação transitória — destinada, embora, a mais tarde ser posta em causa pela evolução dos acontecimentos. Mas em 1974, quando as próprias manobras neocolonialistas já não dispensavam sequer a cobertura das dependências políticas formais, que futuro poderiam ter as originalidades spínolistas? Se o fascismo era incapaz de solucionar o impasse colonial através do prosseguimento da guerra, Spínola não o era menos, supondo que o movimento da história poderia ser travado por artifícios intelectuais, aliás sem consistência teórica e antecipadamente condenados ao malogro.

Por outro lado, a actuação de Spínola na Guiné, — visando neutralizar, através de uma política demagógica no campo da chamada promoção económica, o avanço vitorioso do P.A.I.G.C. — foi também elucidativa de outra ilusão: a de que seria possível contrariar a luta de libertação através de uma política de descentralização dos poderes administrativos, da construção de estradas, casas e escolas

ou da tentativa de recuperação de certos pontos de programa do P.A.I.G.C. (no domínio da política de organização rural e fomento agrícola, por exemplo). Além disso, se Spínola revelou maior argúcia táctica e visão política do que Kaula de Arriaga, por exemplo — que se limitava a exibir fanfarronadas sobre a contensão do avanço militar da Frente —, se Spínola foi «mais longe» do que qualquer outro comandante em chefe destacado para as colónias, a comparação não pode deixar de ser extremamente relativa: em terra de cegos... Finalmente, o caso da Guiné não é comparável (geograficamente e não só) aos casos de Angola e de Moçambique. Mas Spínola a partir de pequenas ilhas — e falsas não só para a questão colonial no seu conjunto como até para o próprio território que então governava — «descobriu» na Guiné a sua vocação política e naval de «anunciador da verdade-prometido a um «destino nacional». Será, por isso, esclarecedor seguir a trajetória do ex-general através da sua experiência de governação da Guiné e articulá-la com os acontecimentos posteriores ao 25 de Abril. Nada melhor, para isso, do que acompanhar o seu «discurso teórico» — as suas palavras.

Chegado a Bissau em Maio de 1968, Spínola, nos dois primeiros anos de governo e comando militar, limitou-se à exortações muito breves à população e às tropas (exortações inteiramente imbuidas da doutrina colonial do fascismo) e a discursos sobre planos de empenhamentos a realizar, pronunciados perante o Conselho Legislativo da então-província. Durante esse período, Spínola, embora já no seu estilo oratório que mais tarde se tornaria característico, manteve-se como porta-voz das verdades oficiais do regime e delirar foi, em originalidades pensadas, das instituições vigentes.

Fiel ao regime

é «necessário — afirmava Spínola em Março de 1969 — que o povo desta terra tome plena consciência de que não há outra solução que melhor defenda os seus reais interesses. Aqueles que advogam a independência da Guiné, ou não creem, ou subestimem os reais interesses do povo incondensáveis interesses de países estrangeiros, ou interesses de domínio pessoal. A independência da Guiné conduziria inevitavelmente à sua divisão ou, mais precisamente, ao seu desaparecimento, com manifesto prejuízo do seu povo.»

E parafraseando Salazar, Spínola diria em Julho do mesmo ano: «Enquanto na Guiné Portuguesa houver um galego sem trabalho, crianças em idade escolar sem escola, e doentes no leito sem assistência imediata, o nosso partido — «o partido de uma Guiné melhor» — não atingiu os seus objectivos sociais».

A palavra de ordem da «Guiné Melhor» — consubstanciando a demagogia populista de uma orientação política que já se desenhava — estaria de resto presente em quase todas as intervenções oratórias de Spínola, que, entretanto, não perdia ocasião para manifestar preito de fidelidade ao regime. Sobre as eleições de Outubro desse ano, e em entrevista concedida ao enviado de «O Século», Spínola diria: «A Nação vai apoiar por esmagadora maioria a política de renovação do Professor Marcello Caetano, a única que, na presente conjuntura, serve o País». Mas, por outro lado, deixando já entrever uma certa abertura liberalizante — de acordo, aliás, com o momento que então se vivia — Spínola adianta: «E, por outro lado, desenha-se a possibilidade da presença de uma minoria oposicionista na

Assembleia Nacional, que poderá ser beneficiária à efectiva concretização da anunciada renovação, se a acção dessa minoria não se limitar a uma crítica sistematicamente destrutiva e respeitar os fundamentos da essência da Nação».

Declaração paralela de adesão ao projecto marcelista é a que Spínola faz à agência ANI, na mesma altura: «Julgo que através de inúmeras declarações públicas tenho expressado bem claramente a minha inteira adesão à política de unidade expressa pelo Senhor Presidente do Conselho, a única que, na presente conjuntura, serve efectivamente o país». E sublinhando: «Creio bem que a grande maioria dos portugueses sente a necessidade imperiosa de se reajustarem as estruturas da Nação às exigências da sociedade portuguesa do futuro, e o Senhor Presidente do Conselho vem dando inequívocas provas ao país da sua alta capacidade política para garantir a necessária renovação sem quebra da indispensável continuidade». Finalmente, comentando os resultados eleitorais (improvisos proferidos perante o Conselho do Governo da colónia, em Novembro) Spínola afirma: «O eleitorado respondeu inequivocamente à opção posta ao país pelo Presidente do Conselho, para que não pudesse ficar qualquer dúvida ao mundo de que a política de unidade da Nação Portuguesa não resulta de uma «intuição» de Salazar e Marcello Caetano, mas corresponde à vontade de um povo, firmada em oito séculos de história. E, para além deste significado, estas eleições ficaram ainda a marcar, na história política do país, o reconhecimento unânime da necessidade imperiosa de renovação».

Renovação na continuidade

-Renovação- que, dentro do quadro do regime a cujas contradições se encontrava marcado. Marcelo Caetano não seria capaz de levar a cabo. A continuidade do regime não era efectivamente permeável à renovação. E é precisamente esse projecto que Spínola, distanciando-se depois prudentemente e progressivamente em relação à política oficial, vai procurar chamar a si, colocando-se discretamente — mas firmemente — na «margem da República» para o que disse e viveu. E veio, com o 25 de Abril. Só que a dinâmica social que irrompeu com a queda do regime acabou por ultrapassar em definitivo o projecto de «renovação» na continuidade spinolista. É curioso constatar — prova que é, afinal, da «continuidade» do pensamento de Spínola — como as discursos e improvisos do ex-general, as suas declarações de um nacionalismo exaltado, pronunciados nos momentos acenos de crise (logo depois do 25 de Abril, por diversas vezes, e em Setembro, no seu apelo à «maioria silenciosa» e no discurso de renúncia) se ligam perfeitamente a outros produtos de criação nos seus primeiros tempos da Guiné. Só que, em 1974, as aparentes «contradições» do pensamento do general entravam em choque continuamente. A sua intuição táctica procurava adaptar-se, já desapercebamente, ao curso dos acontecimentos que escapavam ao seu controlo, sublimando a «derrota» como se tratasse de «vitória» (declaração de reconhecimento do direito à independência das colónias, em 27 de Julho de 1974) e apresentando-se a si próprio (são constantes as suas referências à experiência governativa na Guiné) como preparador e anunciador do processo: «Pagamos esses erros com o sofrimento ao longo de 13 anos de uma guerra cujas perspectivas oportuna e insistentemente denunciá. Se na altura em que a questão ultramarina se agudizou, no começo da década de sessenta, houve que evitar o genocídio e criar as condições para uma solução política, esse esforço militar acabou por perder todo o sentido, na medida em que não foi convenientemente acompanhado no plano político, em ordem a retilhar o problema ao quadro dos seus verdadeiros factores». E souvo passo: «Assim, e na mais perfeita coerência com a linha de acção do meu governo na Guiné, chegou o momento de o Presidente da República renunciar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência». Ora, Spínola procurou estreitar até ao último momento o processo de descolonização, insistindo na sua utopia neocolonial do «federalismo». E entre abandonar o poder ou permanecer ainda para controlar o processo e encaminhá-lo para soluções neocoloniais (já sem federalismo...), tal como procurou fazer com Angola através dos seus contactos com Mubutu, o ex-general preferiu a segunda

hipótese. E Spínola permaneceu até ao 25 de Setembro: era o limite da resistência, da capacidade de adaptação... Entretanto, jogara até ao fim a troco de colónias coratadamente o seu sentimento profundo, sobretudo — nos seus improvisos, em unidades militares, em que transparecia já o desespero: as referências ao herói, ao passado glorioso, ao «Ultranar português» repetir-se-iam, como uma mensagem de importância de quem, tendo perdido o comboio da história, insistia em obter para os continentes da via férrea viária, renovando-a de trocas. Por outro lado, era com um visível nó na garganta que Spínola aceitava como interlocutores e mais do que como interlocutores, como requeridores de facto — os inimigos de ontem, os «terroristas» (assim os chamara durante largo tempo) do P.A.I.G.C.. Em desespero de causa, eis o general derrotado a procurar ainda, num sobressaído de soberba, «dar conselhos» e fornecer modelos políticos (pluralistas, como ele dizia) aos povos descolonizados. No seu segredo (talvez o mais significativo dos que preferiu) de 10 de Setembro, Spínola afirma: «Fazemos, em Portugal, uma revolução para acabar com cinquenta anos de regime de partido único; imbuídos pela plena consciência do que tal regime representa na opressão de um povo. Não se compreendem, por absurdo, regimes de partido único numa estrutura democrática. Temos de mudar tais regimes da arquitectura política portuguesa, e não podemos coerentemente admiti-los no mesmo processo de descolonização. Por isso, ao transmitir a soberania do novo Estado para o P.A.I.G.C., fazemo-lo na convicção de que aquele Partido sabrá honrar as responsabilidades assumidas ao ser-lhe conferido o reconhecimento da representatividade do Povo guineu». Derrotado no campo das armas, derrotado no campo da utopia federalista que propunha, Spínola procura salvar a face arvorando-se em pai severo que, reconhecendo a contra-partida a maioridade ao filho, não deixa de advertir contra os «maus caminhos». No entanto, quando supunha poder dominar o curso dos acontecimentos (linda que, de resto, nunca o abandonou levando-o, «in-extremis», a recorrer a golpes de mão como os de Cossak ou do li de Marcel), Spínola almejava uma grande segurança liberal, mantendo-se contra propósitos e tendências paternalistas (vide «Portugal e o Futuro») em relação aos povos colonizados e recitando profusões de fé profusamente democráticas. Justamente porque Spínola acreditava ser possível fazer virar o seu projecto político, o que o dispensaria de passar por autoritário. E só quando se viu ultrapassado e pelos acontecimentos, é que procurava, em última instância, colorir a derrota com uma afirmação plástica de autoridade.

191

De Estalinegrado ao 25 de Abril

Mas, afinal, Spínola mudou ou não mudou — desde Estalinegrado até ao 25 de Abril, passando pela Guiné? Dir-se-ia que «mudou» sempre que foi necessário para permanecer igual a si mesmo. O Spínola que chega a Bissau, em Maio de 68, com a sua austeridade dura (já se se de nazis é ou não é o mesmo Spínola que vem receber o testemunho do poder das mãos de Marcelo Caetano no quartel do Carmo no dia 25 de Abril de 1974? O Spínola inflamado de ardor nacionalista dos primeiros tempos da Guiné — quando, fazendo coro com o governo de Lisboa, apontava ao mundo ocidental distraído a ameaça de penetração comunista através de África, ao tal mundo ocidental que não compreendia e não apoiava o «esforço português...» —, não é o mesmo Spínola que em «Portugal e o Futuro» diz: «A própria sobrevivência nacional está posta em causa se persistirmos na concepção de que é a opinião pública mundial que está errada e de que todos os nossos problemas resultam apenas da colcha ou da falta de visão de terceiros?»

Em 8 de Julho de 1973, em improviso comemorativo do dia da Marinha, Spínola diria em Bissau: «Recordar neste momento o passado da nossa Armada é recordar o passado de Portugal. Foram marinheiros que levaram às cinco partes do mundo os nossos padrões. Foram ainda Marinheiros que, séculos depois, desatando os seus navios se embrenharam nos matos africanos, ao lado de Artilheiros, Infantes e Cavaleiros, escreveram na História do Mundo as mais brilhantes páginas de que se pode orgulhar uma pátria. Em vão renasce a gente distada neste batalhão de marinheiros que no Sul de Angola, em 1915, gaivanizado pelo heróico Comandante Alonso Cerqueira,

salva uma situação crítica do quadrado de Móngua, presta a sucumbir perante a manifesta superioridade numérica e de fogo do inimigo, saltando fora do quadrado e carregando a arma braca os aguerriados cunhamas. Estes recuam e os bravos marinheiros, transportando aos ombros os seus mortos e feridos regressam ao quadrado cantando «A Portuguesa» em uníssono com as tropas que os recebem. São assim os Marinheiros da nossa Armada...»

No Alentejo, em 11 de Julho de 1974 — coincidindo com o ponto quente da crise do 1.º Governo Provisório — Spínola, em «Ir-provisão» aparente dirá quase exactamente as mesmas palavras. Compare-se: «Não é sem emoção que me dirijo a tão largo contingente da gloriosa Armada Portuguesa; Armada que ao longo da História da Pátria esteve sempre presente nos momentos difíceis. Recordo aqui a África de antanho, onde nos levaram os Marinheiros; foram eles que, desatando os seus navios, se embrenharam nos matos africanos com Artilheiros, Cavaleiros e Infantes, escrevendo na história do Mundo de então as mais brilhantes páginas de que se pode orgulhar uma pátria. Foram esses mesmos Marinheiros que estiveram presentes nas horas grandes de Portugal. Recordo-os no 5 de Outubro, comandados pelos mais prestigiosos Almirantes, que conquistaram o seu prestígio nos matos africanos, alinhando entre os maiores da nossa Pátria. Recordo neste momento Alonso Cerqueira, recordo Nasutia, Casimiro, Móngua e tantos outros passos da nossa História. Recordo especialmente o combate de Móngua, onde depois de vários dias de cerco, depois de artilhada a Cavalaria, a força da Marinha, reforçada com algumas unidades de Infantaria, sob o comando do Heróico Alonso de Cerqueira, saiu do quadrado e embrenou milhares de africanos armados por países inimigos. Assim se transformou em brilhante vitória o que poderia ter sido uma chacina. Recordo o seu regresso ao quadrado, transportando aos ombros os seus mortos e cantando a Portuguesa...»

HAVERÁ um enigma Spínola? Um mistério Spínola? Uma impossibilidade de compreender, situar, deslizar a personalidade do ex-general, agora exilado, há menos de um ano a figura carismática do 25 de Abril? Há quem especie o seu pragmatismo, para explicar uma aparente capacidade de adaptação aos desafios da história, que o 11 de Março veio mostrar, pelo menos, ser mais do que ilusório. Há quem se manifeste confundido e perplexo com as contradições dos seus actos. Há quem não entenda os seus deslizes e proclamações (imponderáveis, segundo alguns), tratando-se de um chefe de guerra cujo génio militar outros celebram. Spínola, o nazí-Estalinizado, guerra de Espanha) que se torna democrata e regressa mais tarde à origem? Spínola, o homem que raça com o passado e acaba por se reconciliar com ele? Spínola liberal e autoritário, ao mesmo tempo? Ao mesmo tempo, fascista e democrata, descolonizador e colonialista? Spínola, que anuncia o 25 de Abril e pretende pouco depois, renegando a Mensagem, retomar ao 24? Spínola, o D. Sebastião que de Desejado passa a Renegado?



O regresso ao passado

Deixei momentos, uma mesma criação — recitada quase com as mesmas palavras. Não por acaso, o nacionalismo exacerbado do discurso spinolista evoca um episódio das glórias coloniais. E em Julho de 1974 estava-se à beira da descolonização... Nos momentos de crise, Spínola volta-se sempre, inevitavelmente, para o passado.

... Como para o passado se volta quando, ainda durante o I Governo Provisório, nas suas digressões triunfalistas pelo País e por diversas unidades militares — cimentando a sua vocação messiânica — chama a atenção do «bom povo português» para os que, na sua expressão, advogavam a teoria da «terra queimada» (leia-se: a «soberania comunista»). É necessário denunciar ao País que determinados homens com responsabilidades na vida pública presente têm advogado essa teoria, pretendendo levar Portugal à ruína e construir sobre os escombros, com a argamassa da nossa carne e do nosso sangue, outro país. Esses não são os Portugueses — esses são traidores do Povo». Expressões quase literalmente idênticas a esta (discurso proferido no Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha) serão repetidas noutros locais, pela mesma altura: em Tomar, no Porto, em Évora. A obsessão do «perigo comunista» de novo omnipresente. Para Spínola — como para Salazar ou Marçal Caeiro, antes dele — um Portugal «vermelho» é um Portugal desnationalizado, um Portugal sem identidade nacional, um «outro país». Já em Évora, a 6 de Junho de 1974, o ex-general referia-se a «atenção de moric» que teria recebido. E por aqui talvez seja possível compreender — no plano psicológico, digamos — o que eventualmente teria levado Spínola a acreditar (se é esse o caso) numa história fantástica da «instância da Pácora» — pretexto aparente da aventura do 11 de Março. E, no entanto, Spínola — pretendendo aparentemente repetir o De Gaulle do governo pós-Libertação — a que fora chamado Maurice Thorez, chefe do PC francês — teria sido o primeiro a defender a inclusão de

Alvaro Cunhal no I Governo Provisório. Spínola. Todo-Poderoso do pós-25 de Abril, comandava os acontecimentos: chamar Cunhal para a sua esquerda era o supremo gesto de soberania. Mas o sobressalto de inquietação e de temor não se faria esperar, apenas algumas semanas depois. Possuído pela sua própria ambição desmesurada do Poder, cego pelo triunfalismo dos chamados Grandes Momentos da História, Spínola deixava-se rapidamente trair pelos seus fantasmas de sempre, obsessivamente presentes. Desequilíbrio temperamental, insegurança doentia sucedendo às afirmações soberanas e grandiloquentes? O facto é que Spínola se manteve sempre prisioneiro do seu nacionalismo passadista, persuadido a que se ligava um culto evidente pelo cerimonial espectacular, o ritual triunfalista — e veja-se a sua tomada de posse como Presidente da República, os seus lechinhos, moedico, bastão, luvas, fardas diferentes e vistosas, condecorações, luzidas. A este culto correspondia, por outro lado, uma discrição marcadamente populista (na Guiné são esboçadas as suas incursões pelo mato, junto dos soldados, cuja simpatia cultivava de preferência aos filhos de patente superior), tal como os monarcas e guerreiros que, para se destacarem como Eleitos do povo, preferiam disputar os favores da plebe, sonhando com desprezo e até hostilidade para os corinãos. Ainda aqui Spínola é um anacronismo vivo, o cabo de guerra que numa pequena colónia descobre a sua vocação de Salvador nacional e aí faz o seu campo, de ensaio para «os mais ambiciosos, em direcção à capital do Império. E também aqui há em Spínola uma relação profunda — guardadas todas as distâncias — com Mussolini, de quem se distingue, porém, por um aristocratismo mais próximo de De Gaulle.

Mas Spínola, construindo pacientemente a sua imagem Sebastiãoica de Homem Providencial, pretende ser um homem deste tempo, um homem que «faz a História. E só» que, finalmente, em Julho de 1970, produz a sua primeira declaração,

de fundo («O problema da Guiné), em que apresenta já um projecto teórico extremamente elaborado sobre um conjunto de questões relacionadas com a pretensa solução do problema colonial. Não por acaso, a exposição é feita perante um grupo de deputados da Assembleia Nacional (entre os quais se incluía o ermo chefe da «ala liberal», Pinto Leite). Ai, defendendo a revolta da euraquia da NATO, Spínola toce considerações a que claramente pretende imprimir um tom profético e iluminado (Kauza, por exemplo, procuraria também seguir-lhe as pisadas, nestes vãos teóricos de geo-política...). «O bloco ocidental, circunscrevo a um espaço cada vez mais restrito, se não acordar do sono letárgico em que tem virado, poderá ver-se compelido a travar uma guerra clássica de deviridos mactos. Nesta perspectiva, o Atlântico Sul é a rota do Cabo surgen-se como alternativa, para a perda do Mediterrâneo, hoje já praticamente controlado pelo bloco soviético. Dequi resulta a importância da África Europeia como fronteira avançada do Ocidente, África onde o conjunto «Guiné-Cabo Verde» ocupa, um lugar chave como «placa giratória das ligações aéreas e marítimas entre a África, as Américas e a Europa. O problema da Guiné projecta-se assim, com importância vital, não só no panorama africano como na confrontação das grandes forças em presença no mundo de hoje».

Tudo indica que Spínola, a partir da experiência da Guiné — em que tem a sua disposição um campo para exercício e ensaio do Poder, espécie de antecâmara onde descobria o seu «destino nacional» — extrapola os dados dessa experiência para um âmbito muito mais vasto: o de Portugal e até do mundo. Não por acaso, o ex-general escrevia no prefácio da sua recolha de discursos «Por uma Portugalidade Renovada» em Agosto de 1973 que «a experiência da Guiné» permitira tirar conclusões decisivas quanto à possibilidade de manter a presença portuguesa em África.

Aprendiz de feiteiro

...a experiência da Guiné — adiantava Spínola — prova a evidência que o poderemos conseguir à luz de uma portugalidade renovada, como tal se entendendo uma filosofia que enforme a nossa secular maneira de estar no mundo e ao mesmo tempo se fundamente no respeito pelos princípios normativos das sociedades modernas. Esta mistura de retórica pastadista e inócuo com um projecto político vago como o fumo («princípios normativos das sociedades modernas») é sintomática do pensamento de Spínola que, na mesma altura, avançava (profeticamente): «É mais sobre ideias do que sobre factos que deverá incidir a análise crítica dos tempos que vivemos, embora se reconheça que, no futuro, os factos não deixarão de ser utilizados como argumento tentador do pensamento que os originou». Voltado para a autocomplacência, ensimesmada, das suas difusas ideias, Spínola mostrou-se sempre incapaz de aceitar a sua derrota nos factos. E um dos factos que o ex-general nunca entendeu foi a natureza e a determinação vitoriosa e irreversível da luta de libertação dos povos africanos, colocando a «filosofia» Spínolista no museu das velhas histórias. Spínola poderia parecer «novo» e «agressivo» e «inovador» apenas em relação à decrepita política colonial do fascismo. E as suas «leções» de aprendiz de feiteiro apenas poderiam deslumbrar os que, contra o facto de uma derrota militar, esperavam ainda por uma saída miraculosa.

Finalmente, o documento talvez mais revelador da tentativa desesperada de Spínola para sobreviver politicamente é o seu discurso de 10 de Setembro em que fez uso de todo o seu arsenal demagógico para segurar as rédeas do poder: desde os apelos à extrema-direita («maioria silenciosa», culto da lei e da ordem, da propriedade e da autoridade contra o caos, a anarquia, a desordem), à isca lançada à social-democracia (declarando-se adepto de um «socialismo democrático»), passando pelo reconhecimento (feito pela primeira vez) do carácter «fascista» do regime depondo a 25 de Abril. Aliás, o jogo de Spínola entre a extrema-direita e a social-democracia — pretendendo juntá-las numa frente comum contra o avanço do processo revolucionário — tornou-se, depois, uma constante. E é-in-que, na entrevista recentemente concedida ao EXPRESSO, toca temas caros à social-democracia, com a «qualidade de vida», por exemplo.

Procurando encarnar uma nova dimensão do bonapartismo e do gaullismo, Spínola — esse falso enigma — não é mais do que um exemplo da evidência que Marx tão justamente apontava no 18 do Brumário: «a ler e a reler, hoje e aqui»: a História repete-se pelo menos duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa.

Vicente Jorge Silva

195